

CERS



CARREIRA
POLICIAL

DELEGADO DA PC/SP

**QUESTÕES INÉDITAS
COMENTADAS**

QUESTÕES INÉDITAS

1. Assinale a alternativa incorreta referente a pessoa jurídica:

- a) A pessoa jurídica é entidade dotada de personalidade e pode exercer direitos e deveres e participar da vida civil.
- b) A pessoa jurídica pode ser definida como uma reunião de bens (patrimônio) afetados (fundações), ou como uma reunião de pessoas sem fins econômicos (associações) ou com fins econômicos (sociedades).
- c) A Teoria da ficção, que explica a existência e a natureza da pessoa jurídica, afirma que teria uma existência meramente abstrata ou ideal fruto da técnica do direito.
- d) A Teoria da realidade objetiva ou organicista, que explica a existência e a natureza da pessoa jurídica, negou a influência da técnica do direito, reduzindo a pessoa jurídica a um fenômeno meramente sociológico.
- e) O registro de uma pessoa jurídica é meramente declaratório da personalidade que na pessoa jurídica já existe desde o seu fundamento.

2. No que tange à imutabilidade, assinale a alternativa correta quanto à classificação das Constituições, sabendo que a Constituição da República Federativa do Brasil é considerada rígida.

- a) Rígida é a Carta Constitucional escrita que possui, simultaneamente, dispositivos que não são suscetíveis à alteração bem como outros que podem ser alterados, mas que devem estar submetidos a regras severas hierarquicamente superiores, mais que severas que as impostas às outras espécies normativas.
- b) A Constituição classificada como rígida é a que não prevê nenhum processo de alteração de suas normas.
- c) A Constituição flexível pressupõe o mesmo procedimento de alteração do adotado para as normas legais.
- d) A Constituição semi-rígida é aquela que apenas pode ser alterada pelos procedimentos especiais, solenes e formais, necessários para a reforma de suas normas.

- e) A Constituição flexível não precisa de regra específica para ser alterada, podendo ser modificada pelo mesmo procedimento que o dos atos normativos.

3. As Constituições podem ser classificadas quanto ao conteúdo, à forma, à origem, à imutabilidade, à extensão e à elaboração. Quanto à classificação das Constituições, assinale a alternativa correta.

- a) Quanto à elaboração, a Constituição histórica é um documento escrito, e sistematizado, elaborado por um órgão constituinte em determinado momento da história constitucional de um país, a partir de dogmas.
- b) Quanto à imutabilidade as Cartas Constitucionais podem ser classificadas em: rígida, inflexível, dogmática e outorgada.
- c) Quanto ao conteúdo, podem ser classificadas em sintética e analítica.
- d) Quanto à origem, a Constituição pode ser democrática/promulgada: fruto da soberana manifestação da vontade de um povo; ou outorgada: fruto do autoritarismo, do abuso da usurpação do poder constituinte do povo, assim, geralmente são impostas pelo governante.
- e) Quanto à elaboração, as Cartas Constitucionais podem ser classificadas em dogmática ou promulgada. Quanto ao conteúdo, podem ser materiais, formais ou democráticas.

4. A Constituição Federal de 1988, ou Constituição Cidadã, proíbe a deliberação de proposta de emenda constitucional que tenda a abolir:

- a) o voto direto, secreto, universal e periódico, por se tratar de cláusula pétrea implícita.
- b) os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, por se tratarem de cláusulas pétreas expressas.
- c) a separação de poderes, por se tratar de cláusula pétrea expressa.
- d) a forma federativa de governo, por se tratar de cláusula pétrea expressa.
- e) a forma republicana de Estado, por se tratar de cláusula pétrea implícita.

5. Compreendem os Princípios Fundamentais do Estado Brasileiro, exceto:

- a) garantia ao desenvolvimento nacional;
- b) a soberania;
- c) a dignidade da pessoa humana;
- d) o pluralismo político;
- e) os valores do trabalho e da livre iniciativa.

6. Acerca da origem, formação e conceito do Direito Administrativo marque a assertiva correta:

- a) O Direito Administrativo tem origem na Idade Contemporânea, período histórico em que deixa de existir a figura do monarca e, a partir de então, passa a vigorar a figura do Estado como centro da sociedade – este que passa a estar subordinado a um conjunto de leis.
- b) A codificação do Direito Administrativo em âmbito nacional se torna viável de modo a se ter uma legislação única devido à existência de diferentes competências legislativas estabelecidas na CF para os mais diversos âmbitos da Organização do Estado.
- c) O berço do Direito Administrativo brasileiro é a França, de onde espelhou diversas teorias, até hoje utilizadas pela doutrina administrativista como as teorias da responsabilidade civil, dos atos administrativos e o conceito de serviço público.
- d) Direito Administrativo é o conjunto dos princípios jurídicos de direito público que regem as relações jurídicas entre órgãos do Estado.
- e) Direito Administrativo é o conjunto dos princípios jurídicos de direito público que regem as relações jurídicas entre órgãos do Estado.

7. A Administração Pública no direito brasileiro é regida por um conjunto de princípios que embasam a legislação administrativa e a forma de funcionamento do Estado. De acordo com a natureza jurídica desses princípios, assinale a alternativa errada:

- a) Quaisquer atos praticados por órgãos públicos que apresentem slogans de promoção pessoal do agente público violam diretamente o princípio constitucional da impessoalidade administrativa.

- b) Os princípios expressos da Administração Pública são aqueles que possuem previsão na Constituição Federal de 1988 com aplicação direta ao campo do direito administrativo, sendo eles, legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.
- c) princípio da supremacia do interesse público, não considera os interesses particulares/individuais, não obstante informa ao agente administrativo que o interesse público prevalece sobre interesses privados.
- d) princípio da eficiência da administração se aplica ao servidor se aplica ao servidor ao longo da sua vida funcional a fim de garantir o seu melhor rendimento no desempenho da sua função pública.
- e) Um princípio é considerado implícito ao direito administrativo em razão de este ser aplicável ao campo da administração pública, ainda que tal princípio seja próprio a um outro campo do direito.

8. Acerca do conceito de Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) O sentido subjetivo, pois, da expressão, deve consistir na própria atividade administrativa exercida pelo Estado por seus órgãos e agentes, caracterizando a função administrativa.
- b) A Administração Pública no sentido objetivo, material ou funcional designa a natureza da atividade exercida pelos referidos entes. A Administração Pública é a própria função administrativa que incumbe, predominantemente, ao Poder Executivo.
- c) O sentido objetivo da administração pública é o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que tenham a incumbência de executar as atividades administrativas.
- d) O sentido subjetivo se trata da própria gestão dos interesses públicos executada pelo Estado, seja através da prestação de serviços públicos, seja por sua organização interna, ou ainda pela intervenção no campo privado, algumas vezes até de forma restritiva (poder de polícia).
- e) O sentido objetivo da administração pública leva em consideração o sujeito da função administrativa, ou seja, quem a exerce de fato.

9. No tocante à aplicação da Lei Penal está correto afirmar:

- a) É aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou em alto-mar.
- b) Nos crimes complexos, não se aplica a teoria da ubiquidade, mesmo que o delito-meio tenha sido cometido em território brasileiro.
- c) No concurso de pessoas, o lugar do crime será somente aquele em que ocorrerem os atos de participação ou coautoria, independentemente do local do resultado.
- d) Os crimes cometidos contra a vida ou o patrimônio do Presidente da República, mesmo quando cometidos no estrangeiro, ficam sujeitos à lei brasileira.
- e) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.

10. São chamadas “escolas penais” as diversas correntes filosófico-jurídicas em matéria penal que surgiram nos tempos modernos. Elas se formaram e se distinguiram umas das outras. Lidam com problemas que abordam o fenômeno do crime e os fundamentos e objetivos do sistema penal. Acerca das Escolas Penais, assinale a alternativa errada:

- a) A escola clássica, também chamada de Idealista, nasceu no Período do Iluminismo. Na sua concepção a pena é um mal imposto ao indivíduo merecedor de um castigo por motivo de uma falta considerada crime, cometida voluntária e conscientemente.
- b) escola positivista, que teve como seu grande precursor Augusto Comte. O crime começou a ser examinado sob o ângulo sociológico, e o criminoso passou também a ser estudado, se tornando o centro das investigações biopsicológicas.
- c) escola positivista foi iniciada por Cesare Lombroso. Na concepção deste médico existia a ideia de um criminoso nato, que seria aquele que já nascia com esta predisposição orgânica.
- d) A escola técnico-jurídica se trata de uma junção das ideias defendidas na escola clássica e positivista, uma vez que a pena é um mal imposto ao indivíduo merecedor de um castigo pois seria um criminoso nato.

- e) A escola clássica, possui como seu principal expoente Beccaria, e possui como bases que o Direito segue a ordem da lei natural, o direito é a liberdade, o delito é um ente jurídico que corresponde a uma infração, a pena busca restabelecer a ordem na sociedade que foi alterada pelo delito.

11. Acerca dos institutos do arrependimento eficaz e da desistência voluntária, assinale a alternativa errada:

- a) O arrependimento eficaz situa-se entre a cogitação e a execução, o agente abandona o animus inicial de querer o resultado, ou assumir o risco de produzi-lo.
- b) No arrependimento eficaz, o agente, embora tenha iniciado a execução, não a leva adiante, desistindo da realização típica.
- c) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz traduzem a exclusão da culpabilidade.
- d) Na desistência voluntária o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- e) O arrependimento eficaz ocorre em momento distinto da desistência voluntária, visto que naquele o processo de execução já foi esgotado, devendo o agente impedir o resultado.

12. Os crimes que resultam do não fazer o que a lei manda, sem dependência de qualquer resultado naturalístico, são denominados:

- a) Formais
- b) Omissivos próprios
- c) Omissivos impróprios
- d) Omissivos por comissão
- e) Vagos

13. No sistema processual acusatório tem-se a predominância de que princípio processual penal do ordenamento jurídico brasileiro?

- a) Conservação dos atos processuais.
- b) Máxima efetividade do processo.
- c) Imparcialidade do julgador.
- d) Juiz de exceção.

e) Indisponibilidade da ação penal.

14. Acerca do princípio da indisponibilidade e a atuação do Ministério Público, responda:

- a) Obriga o Ministério Público a sempre opinar em sede de alegações finais, sendo, em tal hipótese que o juízo competente fica condicionado a seguir o parecer ministerial e condenar o acusado se tiver sido pedida a acusação.
- b) Obriga o Ministério Público a sempre opinar em sede de alegações finais, sendo, em tal hipótese, que o juízo competente é dotado discricionariedade (regrada) para seguir ou não o parecer ministerial e condenar (ou absolver) o acusado.
- c) Obriga o Ministério Público a apresentar denúncia, nas hipóteses em que está vinculado, sendo vedada a disposição da ação por mera liberalidade.
- d) Não obriga o Ministério Público, possuindo ele total discricionariedade no oferecimento da denúncia.
- e) Não obriga o Ministério Público, mas caso entenda pelo oferecimento da denúncia está obrigado a oferecê-la.

15. No tocante à licitude e/ou legitimidade das provas no ordenamento jurídico brasileiro:

- a) De acordo com o princípio da proporcionalidade a prova ilícita pode ser admitida em favor do réu. Jamais poderá ser utilizada para condenar, contudo pode ser usada para absolver.
- b) De acordo com o princípio da proporcionalidade, a prova ilícita pode ser admitida em favor do réu. Contudo, em certas hipóteses, pode ser utilizada tanto para condenar como para absolver.
- c) Será inadmissível em qualquer hipótese.
- d) As provas ilícitas são as obtidas com violação às normas de direito processual penal, enquanto provas ilegítimas são as obtidas com violação às normas de direito material.
- e) Segundo a doutrina majoritária, a prova ilícita poderá ser utilizada junto a outras provas existentes no processo para corroborar os fatos ocorridos.

16. Assinale a correta:

- I) Entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.
- II) Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras turmas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual.
- III) Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local.
- IV) Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

Assinale a sequência correta.

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I, III
- e) I, II, III, IV

17. O documento histórico que reconheceu que todo poder emana do povo e que o ser humano é titular de direitos fundamentais como o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade, foi

- a) Magna Carta inglesa, de 1215.
- b) Bill of Rights inglesa, de 1689.
- c) Declaração de Direitos da Virgínia, de 1776.

- d) Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.
- e) Habeas Corpus Act, de 1679.

18. Segundo a Teoria do Status de Jellinek, o conjunto de prerrogativas e faculdades que o indivíduo possui para participar da formação da vontade Estado, é chamado de

- a) Status activus
- b) Status positivo
- c) Status passivo
- d) Status libertatis
- e) Status subjectionis

19. A respeito da estrutura da Organização das Nações Unidas, assinale a alternativa que não apresenta um de seus órgãos.

- a) Fundo Monetário Internacional
- b) Assembleia Geral
- c) Corte Internacional de Justiça
- d) Conselho Econômico e Social
- e) Conselho de Tutela

20. De acordo com a legislação brasileira, tipifica-se como contravenção relativa à organização do trabalho a seguinte conduta:

- a) O exercício de ensino da educação física por professor que não preencha as condições a que por subordina o exercício de tal profissão.
- b) Fabricar, importar, exportar, ter em depósito ou vender, sem permissão da autoridade, arma ou munição.
- c) Fabricar, ceder ou vender gazua ou instrumento empregado usualmente na prática de crime de furto.
- d) Provocar o desabamento de construção ou, por erro no projeto ou na execução, dar-lhe causa

- e) Participar de associação de mais de cinco pessoas, que se reúnam periodicamente, sob compromisso de ocultar à autoridade a existência, objetivo, organização ou administração da associação.

21. Sobre o crime de porte de drogas para consumo pessoal, marque a alternativa incorreta.

- a) Não se aplica pena privativa de liberdade, porém continua com natureza de crime.
b) É tipo misto alternativo.
c) É um crime de mera conduta.
d) A competência é do JECRIM.
e) A prescrição se dá em 03 (três) anos.

22. "I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: (...) II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo."

Sobre a tipificação da tortura, analise as alternativas abaixo de acordo com a Lei Nº 9.455, de 7 de abril de 1997 e assinale a alternativa correta:

- a) A condenação por este crime acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.
b) O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
c) O condenado por crime previsto nesta Lei, em quaisquer das suas hipóteses nela prevista, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
d) O disposto na Lei Nº 9.455/1997 não aplica-se quando o crime tenha sido cometido em território estrangeiro, mesmo sendo a vítima brasileira.
e) Aumenta-se a pena de um quinto até um sexto: se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos.

23. Sobre o nome do arquivo, marque a alternativa incorreta.

- a) O nome do arquivo é dividido em duas partes, o identificador que é o nome dado pelo usuário, um ponto obrigatório e a extensão que indica o tipo de arquivo.
b) O nome do arquivo não pode conter mais de 225 caracteres, incluindo espaços.
c) O nome do arquivo não pode conter os caracteres: \ / : ? " < > ! *.

- d) São extensões de arquivos em textos e documentos o ".txt, .doc, .wri, .rtf".
- e) São extensões de arquivos em imagens o ".jpg, .bmp, .gif, .tif".

24. As docimasias são métodos usados para constatar se o feto nasceu ou não com vida. A docimasia mais confiável consiste em exame microscópico de um pedaço do pulmão, inclusive em pulmão putrefeito, considerando-se positivo se os alvéolos estiverem abertos, e negativo se os alvéolos estiverem fechados, sendo chamada de

- a) Docimasia Diafragmática de Ploquet.
- b) Docimasia Histológica de Fillippi-Puppe-Balthazard.
- c) Docimasia de Mirto.
- d) Docimasia Hidrostática Pulmonar de Galeno.
- e) Docimasia Táctil de Nerio Rojas.

25. A parafilia que se caracteriza pela satisfação e excitação sexual através da fricção da genitália, é denominada de

- a) Autoerotismo.
- b) Erotismo.
- c) Erotonomia.
- d) Exibicionismo.
- e) Frotteurismo.

GABARITO COMENTADO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E	C	D	C	A	C	E	B	E	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	B	C	C	A	E	C	A	A	A
21	22	23	24	25					
E	B	B	B	E					

Questão 1

Gabarito: E

Comentário: Pessoa jurídica é toda entidade dotada de personalidade, ou seja, assim como a pessoa física, pode exercer direitos e deveres e participar da vida civil.

Pode ser entendida, ainda, como uma reunião de bens (patrimônio) afetados (fundações), ou como uma reunião de pessoas sem fins econômicos (associações) ou com fins econômicos (sociedades). Por sua vez, a reunião de pessoas com fins econômicos pode ter fins lucrativos (sociedade empresária) ou fins não lucrativos (sociedade simples).

Há três principais teorias que explicam a existência e natureza da pessoa jurídica: da ficção, da realidade objetiva e da realidade técnica.

Teoria da ficção: a pessoa jurídica teria uma existência meramente abstrata ou ideal fruto da técnica do direito. Pecava por não reconhecer a existência objetiva e social da pessoa jurídica. Sendo seus principais autores: Windscheid, Savigny.

Teoria da realidade objetiva ou organicista: oriunda especialmente do cientificismo sociológico reverenciado pelos positivistas como Beviláqua, avançou em relação à teoria da ficção ao reconhecer que a pessoa jurídica tem uma existência objetiva e uma dimensão social, mas incorreu no exagero oposto de negar-lhe a influência da técnica do direito, reduzindo a pessoa jurídica a um fenômeno meramente sociológico. Sendo seus principais autores: Cunha Gonçalves, Clóvis Beviláqua.

Observe que o registro de uma pessoa física ou natural é meramente declaratório da sua personalidade, adquirida pelo nascimento com vida (art. 2º, do CC). Diferentemente, nos termos

do art. 45, do CC, o registro de uma pessoa jurídica é constitutivo de sua personalidade. A pessoa jurídica, portanto, adquire personalidade com o registro de seu ato constitutivo (contrato social ou estatuto).

Questão 2

Gabarito: C

Comentário: O gabarito da questão é a assertiva C, visto que a Constituição flexível pressupõe o mesmo procedimento de alteração do adotado para as normas legais. A seguir, confira as considerações acerca das demais alternativas:

Letra A: As características explicitadas nessa preposição qualificam a Constituição semi-rígida ou semi-flexível, a qual tem uma parte rígida e outra flexível.

Letra B: A Constituição que não prevê nenhum processo de alteração das normas é a Imutável.

Letra D: As qualificações elencadas nessa preposição são típicas a Constituição rígida, pois esta não pode ser alterada com a mesma simplicidade com que se modifica as leis. Portanto, na Constituição rígida, é imprescindível que estejam previstos procedimentos especiais, solenes e formais, necessários para a reforma e alteração de suas normas.

Letra E: Para a alteração e reforma de Constituição flexível é necessário um procedimento específico, qual seja o mesmo do observado para alteração de normas legais.

Questão 3

Gabarito: D

Comentário: O gabarito da questão é a assertiva D, pois quanto à origem, a Constituição pode ser democrática/promulgada: fruto da soberana manifestação da vontade de um povo; ou outorgada: fruto do autoritarismo, do abuso da usurpação do poder constituinte do povo, assim, geralmente são impostas pelo governante. Confira, a seguir, as considerações acerca das demais alternativas:

Letra A: Incorreta. Quanto à elaboração, a Constituição dogmática é um documento escrito, e sistematizado, elaborado por um órgão constituinte em determinado momento da história constitucional de um país, a partir de dogmas. Quanto à elaboração, as constituições só podem ser classificadas em: dogmática e histórica.

Letra B: Quanto à imutabilidade, as Cartas Constitucionais podem ser classificadas como: imutável; rígida; flexível e semirrígida ou semiflexível.

Letra C: Quanto a extensão, podem ser classificadas em sintética e analítica.

Letra E: Quanto à elaboração, as Cartas Constitucionais podem ser classificadas em dogmática e histórica. Quanto ao conteúdo, podem ser materiais ou formais.

Questão 4

Gabarito: C

Comentário: O art. 60, §4º da Constituição da República Federativa do Brasil impõe EXPRESSAMENTE quais temas que não poderão ser objeto de deliberação de emenda constitucional, os quais são considerados CLÁUSULAS PÉTREAS EXPRESSAS. São eles: I - A forma federativa do estado; II- o voto direto, secreto, universal e periódico, III – a separação de Poderes; IV – os direitos e garantias individuais. As propostas de emendas constitucionais tendentes a abolir os temas dispostos nos incisos supracitados não serão objeto de deliberação. É uma forma de resguardar os princípios que norteiam a Constituição Federal. Tais limitações podem ser consideradas como uma das características que atribuí a nossa Constituição seu caráter rígido.

Portanto, todas as garantias descritas no art. 60, §4º da CF/88 são consideradas CLÁUSULAS PÉTRAS EXPRESSAS, pois não podem ser alteradas nem por meio de emenda constitucional. Assim, o gabarito da questão é a assertiva C.

A seguir, confira as considerações acerca das demais alternativas:

Letra A: Incorreta, pois o voto direto, secreto e universal é cláusula pétrea expressa, ao passo que está explicitado no art. 60, §4º, II, da CF/88.

Letra B: Os objetivos fundamentais da República apesar de estarem expressos no art. 3º, caput, da CF/88, não podem ser considerados como cláusulas pétreas, já que não estão no rol taxativo disposto no art. 60, §4º da Constituição.

Letra D: Não existe forma federativa de governo. A cláusula pétrea expressa é a forma federativa de Estado (art. 60, §4º, I).

Letra E: Incorreta. O Brasil é uma República Federativa, formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal. No entanto, esta forma de governo instituída no art. 1º, caput, da CF/88, não é uma cláusula pétrea expressa.

Questão 5

Gabarito: A

Comentário: A garantia ao desenvolvimento nacional não compreende um princípio fundamental do Estado Brasileiro. Entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, elencados no art. 3º da Constituição Federal está o de garantir o desenvolvimento nacional (art. 3º, caput, II, da CF/88). Entre os princípios fundamentais do Estado Brasileiro expressos estão os do art. 1º, caput, da CF/88.

Questão 6

Gabarito: C

Comentário: A assertiva C corresponde ao gabarito da questão, de acordo com o entendimento doutrinário predominante. Confira os erros das demais alternativas:

Letra A – O Direito Administrativo tem origem na Idade Moderna, ele surgiu em torno do fim do século XVIII e início do século XIX.

Letra B - Todos os entes políticos possuem competência para legislar sobre dezenas, e talvez centenas de temas de direito administrativo, o que torna praticamente inviável a compilação do tema em um código de direito administrativo devido ao número incalculável de normas sobre o tema nas mais diversas competências.

Letras D e E - É o conjunto dos princípios jurídicos de direito público que tratam da Administração Pública, suas entidades, órgãos e agentes públicos. Atenta-se que as relações jurídicas abrangem também os administrados, não somente os órgãos, não fazendo desse rol os entes privados.

Questão 7

Gabarito: E

Comentário: Um princípio é considerado implícito ao direito administrativo por não ser exposto, e não em razão de este ser aplicável ao campo da administração pública, ainda que tal princípio seja próprio a um outro campo do direito. Um princípio pode ser tanto exposto quanto implícito e, mesmo assim, ser aplicável ao campo da administração pública.

Questão 8

Gabarito: B

Comentário: A Administração Pública pode ser dividida em dois sentidos:

- a) subjetivo, formal ou orgânico: o qual considera os sujeitos que desempenham a atividade administrativa. Assim, podemos defini-la como o conjunto de órgãos, entidades e agentes públicos que desempenham a atividade administrativa do Estado;
- b) sentido objetivo, material ou funcional: nesse sentido, considera-se não mais os sujeitos que desempenham as atividades administrativas do Estado, mas a própria função administrativa em si. Com base nesse critério, a Administração Pública corresponde ao conjunto de atividades finalísticas e instrumentais que o Estado, por meio de seus órgãos, entidades e agentes públicos, desempenha quando exerce a função administrativa.
-

Questão 9

Gabarito: E

Comentário: O gabarito da questão é a assertiva E. A seguir, confira as observações acerca das demais alternativas:

Letra A –

Art. 5º § 2º - É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

Letra B – Os crimes complexos são aqueles que resultam da união de dois ou mais tipos penais. Por não se enquadrarem nos casos de exceção, contemplam a regra de aplicação da Teoria da Ubiquidade.

Letra C – O CP adota a Teoria da Ubiquidade, ou seja, o lugar do crime é tanto aquele em que foi praticada a conduta como aquele em que se produziu ou deveria se produzir o resultado.

Letra D –

Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: I - os crimes: a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;

Letra E – É a previsão do art. 7º, inciso I, alínea "b", do Código Penal, vejamos:

Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro:

I - os crimes:

b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;

Questão 10

Gabarito: D

Comentário: Letra A - Correta. Em verdade, a escola clássica, também chamada de Idealista, nasceu no Período do Iluminismo. Na sua concepção a pena é um mal imposto ao indivíduo merecedor de um castigo por motivo de uma falta considerada crime, cometida voluntária e conscientemente.

Letra B - Correta. A escola positivista, que teve como seu grande precursor Augusto Comte. O crime começou a ser examinado sob o ângulo sociológico, e o criminoso passou também a ser estudado, se tornando o centro das investigações biopsicológicas.

Letra C - Correta. A escola positivista foi iniciada por Cesare Lombroso. Na concepção deste médico existia a ideia de um criminoso nato, que seria aquele que já nascia com esta predisposição orgânica.

Letra D. Errada. A escola técnico-jurídica inicia-se em 1905 e é uma reação à corrente positivista. Procura restaurar o critério propriamente jurídico da ciência do Direito Penal. O maior objetivo é desenvolver a ideia que a ciência penal é autônoma, com objeto e métodos próprios, ou seja, ela é única não se misturando com outras ciências.

Letra E - A escola clássica, possui como seu principal expoente Beccaria, e possui como bases que o Direito segue a ordem da lei natural, o direito é a liberdade, o delito é um ente jurídico que corresponde a uma infração, a pena busca restabelecer a ordem na sociedade que foi alterada pelo delito.

Questão 11

Gabarito: E

Comentário: O gabarito da questão é a assertiva E. Conforme a doutrina majoritária, o arrependimento eficaz ocorre em momento distinto da desistência voluntária, visto que naquele o processo de execução já foi esgotado, devendo o agente impedir o resultado. A seguir, confira as observações acerca das demais alternativas:

Letra A - O arrependimento eficaz situa-se entre a cogitação e a execução e a consumação. o agente abandona o animus inicial de querer o resultado, ou assumir o risco de produzi-lo.

Letra B – A desistência voluntária o agente, embora tenha iniciado a execução, não a leva adiante, desistindo da realização típica.

Letra C - A desistência voluntária e o arrependimento eficaz traduzem a exclusão da tipicidade.

Letra D – No arrependimento eficaz o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

Questão 12

Gabarito: B

Comentário: O gabarito da questão é a assertiva B, pois os crimes omissivos próprios são aqueles que resultam do não fazer o que a lei manda, sem dependência de qualquer resultado naturalístico. Confira, a seguir, as observações acerca das demais alternativas:

Letra A – Crimes formais ou de consumação são aqueles que possuem no centro do seu tipo penal uma conduta e um resultado naturalístico, contudo esse não se faz necessário para a consumação.

Letra C – Os crimes omissivos impróprios possuem no seu tipo penal a descrição de uma conduta positiva, mas a omissão do agente produz o resultado naturalístico e a sua responsabilização penal, uma vez que falta com o dever de agir.

Letra D – Nos crimes omissivos por comissão existe uma derivada por uma omissão.

Letra E – Crime vago é aquele que possui como sujeito passivo uma entidade não detentora de personalidade jurídica.

Questão 13

Gabarito: C

Comentário: O princípio da imparcialidade do julgador é o núcleo estruturante de todo sistema processual penal acusatório. Ele é a base, por exemplo, da necessária separação de funções entre o acusador e o julgador, e não haverá devido processo legal, constitucional e convencional sem que se respeite o postulado político-jurídico de colocação do juiz em uma postura desinteressada e alheia ao resultado da persecução.

Há inúmeras repercussões pragmáticas. A imparcialidade do julgador, erigida à condição de princípio fundante e estruturante do processo penal democrático, por exemplo, orientará no sentido da impossibilidade de produção de prova de ofício pelo juiz; da impossibilidade de substituição da atividade acusatória; da impossibilidade de decretação de medidas constritivas

(como o arresto, a prisão temporária, a prisão preventiva, a conversão de prisões, dentre outras) sem que haja prévia provocação da autoridade policial – quando cabível – ou do membro do Ministério Público.

A alternativa A está incorreta à medida que as construções doutrinárias mais rígidas de processo penal acusatório recusam a ideia de conservação dos atos processuais – típica do processo civil e da teoria geral do processo – como uma categoria válida no processo penal, tecendo duras críticas à distinção entre nulidades relativas e absolutas nesse cenário, embora a jurisprudência amplamente dominante não siga por esse caminho.

A alternativa B está incorreta à medida que o processo penal acusatório não deve estar vinculado à máxima efetividade punitiva, mas, em verdade, à máxima tutela dos direitos e garantias fundamentais do imputado frente ao Estado. Dessa forma, o processo é um instrumento constitucional de proteção, e não uma ferramenta de punição.

A alternativa D está incorreta à medida que o princípio do julgador natural veda qualquer espécie de juízo de exceção.

A alternativa E está incorreta à medida que o princípio da indisponibilidade da ação penal, dirigido ao Ministério Público, não é um postulado político-jurídico fundante e estruturante do sistema processual penal acusatório.

Questão 14

Gabarito: C

Comentário: O princípio da indisponibilidade traduz-se na impossibilidade de o Ministério Público dispor (sob uma perspectiva de absoluta liberalidade) da ação penal a que está obrigado pela constatação de que determinado sujeito, em tese, praticou um fato punível. As outras alternativas, portanto, estão incorretas, pois, ou não dizem respeito ao princípio da indisponibilidade, ou o tratam de maneira dogmaticamente inadequada. Ademais, O princípio da indisponibilidade não incide na ação penal privada (renúncia, desistência, perdão, perempção etc.), em que vige, ao contrário, o princípio da oportunidade da ação.

Questão 15

Gabarito: A

Comentário: Excepcionalmente, as provas ilícitas podem ser utilizadas em favor do acusado a fim de provar a sua inocência (in dubio pro reo) quando o único meio de prova.

A natureza jurídica dessa utilização não é pacífica na literatura, havendo quem a situe no campo do princípio da proporcionalidade, no campo da legítima defesa, na órbita do estado de necessidade, dentre mais. Ocorre que um sistema processual penal acusatório deve vedar toda utilização de prova inválida (seja ela ilícita ou ilegítima) em desfavor do imputado, motivo pelo qual somente se há de conceber a possibilidade de utilização da prova maculada quando ela puder beneficiar o réu, nunca o contrário.

As alternativas B e C estão incorretas, de acordo com os fundamentos apresentados à alternativa A, gabarito adequado da questão.

Alternativa D está incorreta, visto que as provas ilícitas são uma violação às normas de direito material, enquanto provas ilegítimas são uma violação às normas de direito processual penal.

A alternativa E está incorreta, de acordo com os fundamentos apresentados à alternativa A, gabarito adequado da questão.

Questão 16

Gabarito: E

Comentário: (I, II, III, IV) Artigo 1. Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Artigo 2. Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica. a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras turmas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

Questão 17

Gabarito: C

Comentário: A alternativa A está incorreta, pois a Magna Carta inglesa se caracteriza pela previsão ao devido processo legal.

A alternativa B está incorreta, porque a Bill of Rights consagrou o direito de petição e separação dos poderes.

A alternativa C está correta, pois foi elaborada para proclamar os direitos naturais e positivados inerentes ao ser humano.

A alternativa D está incorreta, a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão se caracterizou por instituir o Estado Laico, o princípio da reserva legal, o estado de inocência e o direito à liberdade.

A alternativa E está incorreta, o Habeas Corpus Act tutelou a liberdade individual contra a prisão abusiva, arbitrária ou ilegal.

Questão 18

Gabarito: A

Comentário: A alternativa A está correta, status activus, também conhecida por status ativo, é aquela em que o cidadão exerce seus direitos políticos.

A alternativa B está incorreta, pois o status positivo ou status civitatis é o conjunto de pretensões do indivíduo para invocar a atuação do Estado em prol dos direitos.

A alternativa C está incorreta, pois o status passivo é a posição de subordinação em face do Estado.

A alternativa D está incorreta, o status libertatis ou status negativo, consiste no conjunto de limitações à ação do Estado voltado para o respeito dos direitos do indivíduo.

A alternativa E está incorreta, pois o status subjectionis é outra denominação para status passivo.

Questão 19

Gabarito: A

Comentário: A alternativa A está correta, pois o FMI é um organismo internacional, que possui personalidade jurídica própria, assim como a própria ONU.

A alternativa B está incorreta, pois se trata de um dos principais órgãos da ONU, com previsão do art. 7º da Carta.

A alternativa C está incorreta, pois se trata de um dos principais órgãos da ONU, com previsão do art. 7º da Carta.

A alternativa D está incorreta, pois se trata de um dos principais órgãos da ONU, com previsão do art. 7º da Carta.

A alternativa E está incorreta, pois se trata de um dos principais órgãos da ONU, com previsão do art. 7º da Carta.

Questão 20

Gabarito: A

Comentário: (a) Correta. De acordo com o artigo 47º do Decreto-Lei n. 3.688/1941 caracteriza-se como contravenções relativas à organização do trabalho exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício com pena de prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis.

(b) De acordo com o artigo 18º do Decreto-Lei n. 3.688/1941 caracteriza-se como contravenções referentes à pessoa fabricar, importar, exportar, ter em depósito ou vender, sem permissão da autoridade, arma ou munição com pena de prisão simples, de três meses a um ano, ou multa, de um a cinco contos de réis, ou ambas cumulativamente, se o fato não constitui crime contra a ordem política ou social.

(c) De acordo com o artigo 24º do Decreto-Lei n. 3.688/1941 caracteriza-se como contravenções referentes ao patrimônio fabricar, ceder ou vender gazua ou instrumento empregado usualmente na prática de crime de furto com pena de prisão simples, de seis meses a dois anos, e multa, de trezentos mil réis a três contos de réis.

(d) De acordo com o artigo 29º do Decreto-Lei n. 3.688/1941 caracteriza-se como contravenções referentes à incolumidade pública provocar o desabamento de construção ou, por erro no projeto ou na execução, dar-lhe causa com Pena de multa, de um a dez contos de réis, se o fato não constitui crime contra a incolumidade pública.

(e) De acordo com o artigo 39º do Decreto-Lei n. 3.688/1941 caracteriza-se como contravenções referentes à paz pública Participar de associação de mais de cinco pessoas, que se reúnam periodicamente, sob compromisso de ocultar à autoridade a existência, objetivo, organização ou administração da associação com pena de prisão simples, de um a seis meses, ou multa, de trezentos mil réis a três contos de réis.

Questão 21

Gabarito: E

Comentário: O entendimento majoritário é de que as condutas narradas no artigo 28 da Lei de Drogas constituem crimes.

A alternativa A está correta, porque, de fato, não se aplica pena privativa de liberdade.

A alternativa B está correta, pois é delito plurinuclear ou de ação múltipla.

A alternativa C está correta, porque consuma-se com a relação da conduta típica, independentemente de o agente usar a droga ou mesmo causar qualquer dano à saúde pública. A alternativa D está correta, pois os crimes previstos no artigo 28, caput e §1º da Lei de Drogas são de menor potencial ofensivo, de sorte que a competência para seu julgamento é do Juizado Especial Criminal (artigo 61 da Lei nº 9.099/95).

A alternativa E está incorreta, porque, na realidade, a prescrição, tanto da pretensão punitiva (antes do trânsito em julgado), quanto da pretensão executória (após o trânsito em julgado), à luz do artigo 30 da Lei nº 11.343/06, ocorrerá em 02 anos.

Questão 22

Gabarito: B

Comentário: (a) Está previsto na Lei Nº 9.455, de 7 de abril de 1997 Art. "1º Constitui crime de tortura: I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: (...) § 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada."

(b) CORRETA. Está previsto na Lei Nº 9.455, de 7 de abril de 1997 Art. "1º Constitui crime de tortura: I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: (...) § 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia."

(c) De acordo com Lei Nº 9.455, de 7 De abril de 1997 em seu artigo primeiro, inciso II, parágrafo 7 "condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado." A hipótese do parágrafo 2 é a seguinte: "§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos." Ou seja, essa hipótese não se enquadra no caso do parágrafo 7.

(d) De acordo com Lei Nº 9.455, de 7 de abril De 1997 em seu Art. 2º explicita: "O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira."

(e) De acordo com Lei Nº 9.455, de 7 de abril de 1997 em seu Art 1º § 4º "Aumenta-se a pena de um sexto até um terço: II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos."

Questão 23

Gabarito: B

Comentário: A alternativa A está correta, porque, de fato, o nome do arquivo é constituído de duas partes, o identificador, um "."(ponto), e a extensão, a exemplo, "arquivo.doc"

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o nome do arquivo pode conter até 255 caracteres.

A alternativa C está correta, pois se for utilizado algum dos caracteres citados na questão não será possível salvar o arquivo.

A alternativa D está correta, pois são extensões de arquivos em textos e documentos o .txt (formato gerado pelo bloco de notas), .doc (formato gerado pelo Word), .wri (formato gerado pelo Microsoft Write), .rtf (formato gerado pelo Microsoft Word para Mac).

A alternativa E está correta, pois são extensões de arquivos em imagens: ".jpg" (formato de arquivo é implementada para o armazenamento de fotos e imagens digitais com suporte para cores de 24 bits); ".bmp" (arquivos em Bitmap, padrão do Windows); ".gif" (a sigla quer dizer Graphics Interchange Format, é um formato usado para imagens animadas); ".tif" (é asigla para Tagged Image File Format, trata-se de um formato composto por pixels criado especialmente para imagens digitais).

Questão 24

Gabarito: B

Comentário: A alternativa A está incorreta, pois nesse método se observa as cúpulas diafragmáticas.

A alternativa B está correta, pode ser chamada ainda de Docimasia Microscópica de Balthazard Lebrunn ou Bouchut-Tamassia.

A alternativa C está incorreta, pois consiste em observar o nervo óptico e será considerado positivo se houver a presença de mielina, o que indica que houve mais de 12 horas de vida.

A alternativa D está incorreta, pois consistem em examinar o pulmão do feto em quatro etapas colocado em recipiente com água.

A alternativa E está incorreta, pois consiste em palpar os pulmões, sendo considerado se estiver com uma sensação esponjosa e negativo se estiver carnoso.

Questão 25

Gabarito: E

Comentário: A alternativa A está incorreta, pois é uma parafilia que se caracteriza pelo orgasmo independente da presença do parceiro.

A alternativa B está incorreta, é a tendência abusiva dos atos sexuais. No homem, denomina-se de satíriase, e na mulher, ninfomania.

A alternativa C está incorreta, trata-se de um grau acentuadíssimo de erotismo.

A alternativa D está incorreta, trata-se de uma obsessão impulsiva de mostrar a própria genitália, sem necessariamente manter relação sexual com outras pessoas.

A alternativa E está correta, ocorrem que certa frequência nos transportes públicos em que os indivíduos se aproveitam do pouco espaço proveniente da lotação dos coletivos para se esfregar nas vítimas.
